



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Subseção Judiciária de Ouricuri

1ª QUESTÃO : Sobre o Juizado Especial Federal, responda: a) quais os princípios que o rege? b) é possível a aplicação do CPC nos casos de competência do JEF? c) a prerrogativa conferida à Fazenda Pública no art. 188 (prazo em quádruplo para contestar e em dobro para se defender) do Código de Processo Civil é também aplicada no âmbito do juizado?

RESPOSTAS:

- (a) O art. 2º da Lei nº. 9.099/95 consagrou os seguintes princípios orientadores e informadores dos Juizados Especiais: oralidade, informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade e a autocomposição. Como o art. 1º da Lei nº 10.259/01, que trata dos juizados especiais federais, expressamente determinou a aplicação subsidiária da Lei nº 9.099/95, os aludidos princípios são também aplicáveis no âmbito do JEF; (0,75)
- (b) Em que pese o silêncio da Lei 10259/2001, é plenamente possível aplicar subsidiariamente o CPC nas causas de competência dos juizados especiais federais, desde que não conflite com alguma regra especial prevista no subsistema dos juizados especiais (Lei nº. 9.099/95 e Lei nº 10259/2001); (0,75)
- (c) Segundo o art. 9º da Lei nº 10.259/01, “não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos (...)”

2ª QUESTÃO: No que toca ao ramo do Direito Previdenciário, responda: a) qual a principal diferença entre Previdência e Assistência Social? b) a quem é garantido o benefício assistencial de prestação continuada previsto na Lei Orgânica de Assistência Social? c) os benefícios da assistência social podem ser acumulados com os benefícios da previdência?

RESPOSTAS:

- (a) A principal diferença é que a Previdência Social, em regra, exige a contribuição do segurado para a percepção dos benefícios nela previstos, ao passo que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição; (0,75)
- (b) Segundo a LOAS (art. 20, caput), o benefício é pago à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família; (0,75)
- (c) Em regra, o benefício assistencial não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime (0,5)

3ª QUESTÃO: Responda: a) o que são os embargos à execução fiscal? b) Qual o prazo para sua apresentação? c) a propositura dos embargos à execução fiscal suspende a cobrança da dívida?

RESPOSTAS:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Subseção Judiciária de Ouricuri

- (a) Os embargos à execução fiscal figuram como ação judicial destinada à defesa do contribuinte devedor de algum crédito tributário cobrado judicialmente. (0,75)
- (b) O prazo para o ajuizamento da ação de embargos à execução fiscal é de 30 dias, conforme previsto no art. 16, III, da Lei de Execução Fiscal. (0,5)
- (c) O STJ já decidiu em recurso repetitivo (REsp 1.272.827) que a propositura de embargos à execução fiscal não resultará na automática concessão de efeito suspensivo ao processo de cobrança. Para tanto, deverá o contribuinte, além de garantir o valor executado, provar a verossimilhança das alegações e o dano irreparável ou de difícil reparação. (0,75)

4ª QUESTÃO - Disserte sobre o princípio da “inadmissibilidade das provas obtidas por meio ilícito”. Ao desenvolver o tema, esclareça: a) qual o seu funcionamento (razão de existir)? b) há previsão normativa explícita sobre o princípio? c) o princípio se aplica para ambas as partes do processo penal (autor e réu)? d) no que consiste a “teoria dos frutos da árvore envenenada”?

RESPOSTAS:

- a) o fundamento ou razão de existir do princípio é o de evitar o abuso ou arbitrariedade do Estado na persecução penal, evitando mecanismos escusos (“trapaças”) como forma de se obter a prova, garantindo direitos constitucionais dos acusados, como o da intimidade, inviolabilidade do domicílio, proteção da honra etc; (0,5)
- b) o princípio é expressamente previsto no art. 5º da Constituição como direito fundamental; (0,5)
- c) A rigor, o princípio se aplica para ambas as partes (autor e réu), pois a Constituição não deu tratamento distinto, mas a jurisprudência, seguindo posições doutrinárias firmes, tem mitigado a aplicação do postulado quando a prova ilícita foi indispensável ou relevante à absolvição deste último (réu); (0,5)
- d) No processo penal, a teoria dos frutos da árvore envenenada - fruits of the poisonous tree – reza que provas lícitas oriundas de meios ilícitos não poderão ser aceitas, uma vez que contaminadas. Em outras palavras: tudo que decorre de prova ilícita, também será ilícito. (0,5)